



OS ANOS DOURADOS DE J.K. ¹

Silvio Cezar Arend ²

"Não existe almoço grátis."
Milton Friedman

1 - O contexto econômico mundial

Com o fim da 2ª Guerra Mundial, iniciou o período de reconstrução dos países europeus, no qual teve grande importância o Plano Marshall, através do qual os Estados Unidos emprestaram recursos financeiros aos países europeus, inclusive à Alemanha. Contrariamente à atitude do final da Primeira Guerra Mundial, a maior parte dos recursos foi concedida sob a forma de doações, visto que as economias européias não estavam em condições de fazer a devolução de empréstimos.

O crescimento econômico que verificou-se após o final da guerra foi devido, em grande parte, a uma demanda reprimida muito grande, desde os anos de recessão e, depois, à guerra. Outro fator que contribuiu para a expansão pós-guerra foi a tendência para a cooperação e a integração econômica. Com este fito, a partir da Conferência de Bretton Woods, foram criados o Fundo Monetário Internacional e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento. Posteriormente, estes esforços foram ampliados com a criação da Organização para a Cooperação Européia, hoje Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico; a União Européia de Pagamentos - hoje extinta - e a Comunidade Econômica Européia, ou Mercado Comum Europeu.

Principalmente devido à diminuição da mão-de-obra masculina em função do grande número de baixas ocorrido na guerra, as economias dos

¹ Texto apresentado na disciplina de Economia Brasileira, do Programa de Pós-Graduação em Economia, nível de Doutorado, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - PPGE-UFRGS.

² Professor no Departamento de Ciências Econômicas da UNISC, mestre em Economia Rural - IEPE/UFRGS, bolsista da CAPES.

países europeus e os Estados Unidos e o Japão passaram a usar em escala crescente a informática e a robótica, difundindo a automação das fábricas. Por um lado, isto gerou uma queda no emprego e aumento da produtividade e a concentração do capital monopolista, havendo a necessidade da intervenção estatal para evitar o desequilíbrio entre a oferta e a demanda. Por outro lado, mudaram as relações centro-periferia, através da exportação de tecnologia (às vezes já obsoleta e depreciada) para os países do Terceiro Mundo, em um processo conhecido como "Substituição de Importações".

Assim, o papel do Estado nas economias desenvolvidas passou a ser o de controlar a atividade econômica, via planejamento, de acordo com o pensamento keynesiano de evitar crises de superprodução. Para tanto, recursos significativos dos orçamentos públicos foram destinados ao complexo militar-industrial, financiando a corrida armamentista e a expansão militar. Além disto, foram criados programas de ajuda, principalmente a partir da década de 60, aos países periféricos - tais como a Associação Internacional de Desenvolvimento e a Aliança para o Progresso - permitindo a exportação de produtos excedentes a preços superfaturados e o empréstimo de capitais excedentes, o que aumentou a dependência das economias periféricas em face do crescente endividamento externo. Nos países periféricos, o Estado passou a preocupar-se com a promoção do desenvolvimento, criando mecanismos de estímulo à entrada de capitais externos e condições favoráveis à acumulação de capital e expansão das empresas privadas. Parte significativa dos orçamentos públicos foi direcionada a investimentos na infra-estrutura produtiva ou criação de empresas estatais responsáveis pelo fornecimento de insumos indispensáveis às indústrias que se instalavam nos países.

A segunda metade da década de 50 apresentou, portanto, um contexto excepcionalmente favorável no ambiente externo, para os países subdesenvolvidos e/ou em desenvolvimento, representado pelo abrandamento da Guerra Fria e pelo interesse das empresas norte-americanas e, principalmente, européias, em encontrar novas fronteiras de atuação para ampliar seu crescimento em áreas onde ainda não estavam instaladas unidades produtivas e que eram tradicionais importadoras de produtos acabados. Além disso, também é importante ressaltar o interesse em expansão das empresas multinacionais para áreas até então "periféricas" ao sistema como forma de deter um possível avanço do sistema comunista soviético. Em que pese estas condições favoráveis, não se pode deixar de mencionar que a participação inicial de empresas norte-americanas era praticamente irrisória e praticamente inexistiam financiamentos de governo a governo, devendo estes serem obtidos junto ao setor privado.

2 - O contexto econômico brasileiro

Até o Segundo Governo Vargas (1951-54), a política cambial constituía-se no principal instrumento de política econômica. A gestão da política econômica era baseada nas manipulações da taxa de câmbio, imposição de quotas, tarifas e impostos de importação e exportação. Durante o Segundo Governo Vargas diversas medidas foram tomadas com vistas ao saneamento do setor público (busca do equilíbrio no Balanço de Pagamentos e controle do déficit público), de forma a tornar possível, em um segundo momento, a intensificação da industrialização do país (esforço já presente no primeiro período de governo de Vargas, de 1930 a 1945).

Porém, no período 1951-54, mesmo as políticas de curto prazo foram concebidas atreladas aos objetivos de longo prazo, pois não seria possível industrializar o país sem que houvessem as divisas necessárias para tanto. Assim, a política fiscal elevou sensivelmente os gastos do governo, em função do aumento de arrecadação obtido com, principalmente, o combate à sonegação. Da mesma maneira, a política cambial, a partir da Instrução 70 da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito), em outubro de 1953, estabeleceu um sistema de taxas múltiplas de câmbio, em função da essencialidade dos bens importados para o desenvolvimento da indústria e da agricultura, eliminando os controles quantitativos sobre as importações e exportações e introduzindo o sistema de leilões de câmbio.

A partir de 1953, com uma política cambial mais flexível, que permitia a entrada e saída de capital e lucros sem restrições, bem como a compra e venda de moeda estrangeira, limitadas apenas pelas diferentes taxas de câmbio, que não deixavam as indústrias brasileiras totalmente desprotegidas e, principalmente após 1955, com a Instrução 113 da SUMOC, que objetivava atrair o capital estrangeiro ao permitir importações de bens de capital sem a respectiva cobertura cambial, abria-se a economia brasileira ao fluxo internacional de capitais, necessários para a industrialização e o desenvolvimento do país.

Outro ponto a ser destacado neste período é a constituição da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, cujos estudos apontaram um conjunto de 41 projetos que deveriam ser realizados em infra-estrutura, nas áreas de ferrovias, rodovias, construção de portos, navegação de cabotagem e energia elétrica, mobilizando um montante de investimento da ordem de US\$ 500 milhões. Estes setores foram indicados por estarem atrasados em relação às necessidades do país e poderem transformar-se, com o crescimento econômico, em pontos de estrangulamento. Com a mudança da Presidência do Estados Unidos em

1952 e a ascensão ao poder pelos republicanos, extinguíram-se os trabalhos da Comissão Mista. Havia, porém, um conflito entre a posição de Vargas e a defendida pela nova administração republicana dos Estados Unidos que pode ser resumido da seguinte maneira: o governo brasileiro queria selecionar os projetos a serem financiados, o que contrariava os interesses americanos, que queriam financiar os projetos em que atuariam empresas americanas.

Porém, a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, em que pese seu programa ter-se frustrado, teve conseqüências importantes, entre elas a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) em 1952. O BNDE tinha como atribuição inicial a gestão do Fundo de Reparcelamento Econômico. Este fundo, constituído de recursos arrecadados pelo setor público, tinha como objetivo implementar o Programa de Reparcelamento Econômico, que consistia, basicamente, dos projetos elaborados pela Comissão Mista. Devido aos poucos recursos obtidos, o planejamento inicial teve que ser revisto, dando origem, em 1953, ao Grupo Misto CEPAL-BNDE. Este Grupo Misto elaborou novo relatório definindo áreas prioritárias de investimento e pontos de estrangulamento da economia. Este último estudo embasou, posteriormente, os estudos do Conselho de Desenvolvimento criado por Juscelino Kubitschek e que resultariam no Plano de Metas.

Voltando à relação com os Estados Unidos, a posição de Vargas sempre foi ambígua, procurando barganhar para obter o máximo de vantagens possíveis com um possível alinhamento. Tal postura não significava repulsa ao capital estrangeiro, pelo contrário: apregoava as vantagens do investimento no país e buscava atraí-lo para cá. Quando denunciava o "imperialismo", o fazia dizendo que este manifestava-se quando o capital estrangeiro não era empregado aqui, deixando a economia em estado subdesenvolvido. Tal argumento também era difundido como forma de evitar a ameaça do comunismo, pois este seria repellido à medida que o país se desenvolvesse (" façamos a evolução antes que o povo faça a revolução", conforme Vargas dizia). A posição, até certo ponto nacionalista, de Vargas, conseguiu, porém, alguns êxitos, saindo-se vitoriosa na implantação de setores como a siderurgia e o petróleo no país.

Merecem menção, finalmente, algumas características da industrialização brasileira nos governos de Vargas:

- a) constituição de indústrias de capital privado nacional de pequeno e médio portes;
- b) indústrias estas voltadas à produção de bens de consumo não duráveis (ou departamento de bens de consumo de trabalhadores - D3 - usando a terminologia de Kalecki).

3 - O governo de JK e o Plano de Metas

Como visto anteriormente, Juscelino Kubitschek assume, em 1956, em um momento favorável à continuidade e aprofundamento do processo de industrialização do país. O esforço de reconstrução da Europa já estava encerrado e iniciava o período de hegemonia norte-americana (que duraria até a crise do petróleo, em 1973). Embora ainda não houvesse um efetivo compromisso dos Estados Unidos com o desenvolvimento da América Latina (como Vargas queria e que só iria ocorrer a partir da década de 60), o novo governo que assumia passava a contar com a simpatia internacional ao não estar sujeito aos "arroubos nacionalistas" que tanto preocupavam aos investidores estrangeiros durante o Segundo Governo Vargas (embora não seja possível evidenciar-se a "virada nacionalista" a partir de 1953 como alguns autores procuraram demonstrar), além de, internamente, haver a base econômica já formada no governo de Vargas e uma consciência favorável à idéia de desenvolvimento. Desta forma, a disponibilidade internacional de capitais era maior na segunda metade da década de 50 que na primeira metade, formando condições favoráveis a um ciclo de investimentos na economia brasileira.

Porém, se estes eram fatores positivos, ao mesmo tempo a economia brasileira apresentava uma série de problemas herdados do período anterior, tais como a redução das exportações - e conseqüente redução da capacidade de importar - a nova expansão da oferta interna de café e a existência de grandes déficits fiscais. A visão que JK tinha do Brasil não era de um país com vocação agrícola e sim que era necessária uma política de industrialização, única forma de resolver os problemas que a economia brasileira enfrentava. O governo assumia então um compromisso com a elaboração e implantação de um programa de desenvolvimento - a despeito das condições econômicas do país, que supunham a adoção de um programa contencionista da demanda, do gasto público e do crédito - que propiciasse o avanço da industrialização a setores ainda não atendidos pela produção nacional e, ao mesmo tempo, melhorasse as condições de vida da população, face às crescentes pressões por novos serviços públicos advindas da urbanização acelerada da última década.

Já no dia seguinte à sua posse, JK criou o Conselho de Desenvolvimento, com a atribuição de elaborar o Plano de Metas. O Plano de Metas representava um plano parcial de investimentos, de vez que não abrangia a totalidade dos setores da economia, bem como não compatibilizava as solicitações de recursos dos setores beneficiados pelo Plano com as solicitações dos setores excluídos, nem com as disponibilidades totais de recursos da economia.

Porém, conforme Lessa (1983, p. 12), o Plano de Metas:

"constituiu uma resposta à problemática de uma economia em fase final do modelo de crescimento, via substituição de importações. Seu principal traço reside na completa mobilização e colocação em segundo plano e a seu serviço das práticas relacionadas com o processo inflacionário, desequilíbrio externo, disparidades regionais e setoriais."

O Plano de Metas elencava trinta setores da economia, para os quais foram fixadas metas que deveriam ser atingidas em cinco anos (duração do mandato presidencial) conjuntamente entre setor público e iniciativa privada. As metas elencadas abrangiam cinco grandes setores: energia, transportes, alimentação, indústrias básicas e educação. Além destes setores foi incluída uma meta autônoma, a construção da nova capital do país, cujos gastos não estavam orçados inicialmente. Os investimentos relacionados à infra-estrutura já haviam sido objeto de estudos iniciais pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e pelo Grupo Misto CEPAL-BNDE, que apontavam pontos de estrangulamento que deveriam ser atacados e para os quais dispunha-se de metas específicas e, até mesmo, de projetos individuais. Para tanto, os planejadores do Plano de Metas criaram o conceito de "pontos de germinação" - oposto aos pontos de estrangulamento - e que são atividades, a partir das quais, são gerados efeitos encadeados na economia, provocando seu crescimento. Como exemplo, podemos citar a indústria automobilística, expoente maior do Plano de Metas, que gera uma demanda por estradas, postos de combustível, indústrias de autopeças, etc.

Se em relação à infra-estrutura o Plano era detalhista, não fazia grande menção ao setor agropecuário. Resumia-se às questões de armazenagem, produção de trigo - ainda assim devido à importação deste produto e conseqüente peso sobre o Balanço de Pagamentos e capacidade de importação - e mecanização agrícola, porém com pequeno percentual dos investimentos totais previstos. Outro ponto deixado de lado foi a distribuição de renda.

O Plano de Metas, dado o volume total de recursos mobilizados, apresentou necessidades superiores à capacidade interna de mobilização de recursos. Frente a esta escassez de recursos, o governo JK foi buscar seu financiamento junto ao capital estrangeiro e também recorreu à emissão de moeda - com conseqüente impacto inflacionário.

A opção pela associação com o capital estrangeiro - através do fornecimento de tecnologia já desenvolvida e que poderia ser aplicada

imediatamente no país - é explicada, por Oliveira (1988, p. 47), pela

"estreita correlação entre a demanda (determinada pela estrutura da distribuição de renda) e o tipo de bens fabricados, além do que as "necessidades" básicas de consumo das faixas mais privilegiadas da população (alimentação, vestuário, habitação) já estavam satisfeitas; além daí, qualquer postulação de alternativas de consumo ou de aumento da propensão para poupar não é mais que um puritanismo adjetivo que nada tem a ver com estrutura de classe e apropriação do excedente típicos da situação brasileira". (Oliveira, 1988, p. 47)

Quanto aos recursos internos, caberia ao orçamento público, às empresas privadas e mistas e entidades públicas seu fornecimento. Parte significativa destes recursos foram administrados pelo BNDE, mesmo órgão encarregado do repasse dos recursos externos obtidos, ao mesmo tempo em que também avalizava as solicitações de empréstimos em moeda estrangeira pela iniciativa privada.

Para a execução do Plano de Metas, defrontou-se o governo com problemas como a política de clientelismo vigente e o baixo número de funcionários públicos concursados - de acordo com estimativas variando entre 10 e 17 % do total de funcionários - o que representa um número reduzido de técnicos capazes de levar adiante qualquer proposição da natureza do Plano de Metas, além do fato destes funcionários estarem diluídos nos diversos órgãos da administração pública.

Duas alternativas foram apresentadas: a primeira, representada pela Comissão de Estudos e Planejamento Administrativo (CEPA), tinha como proposta o avanço na reforma administrativa, ao passo que a segunda proposta, representada pela criação do Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA) apontava na direção da constituição de uma administração paralela à normal através da criação de novos órgãos. O governo optou pela segunda alternativa face à previsível dificuldade de obter avanços na reforma da máquina administrativa. A administração paralela passou a ser exercida pelos órgãos existentes - como BNDE, Carteira de Comércio Exterior - CACEX - do Banco do Brasil e SUMOC - e pelos novos órgãos criados - os Grupos Executivos, Grupos de Trabalho e o Conselho de Política Aduaneira. Os Grupos Executivos - criados por decreto presidencial - dispunham de autonomia orçamentária e de contratação de pessoal, o que lhes conferia amplo raio de

ação para o alcance dos seus objetivos ("metas").

O orçamento público era elaborado com referências apenas globais às destinações de verbas. A especificação da destinação era evitada para não dar margem a emendas de caráter clientelista e ampliava o raio de manobra do Executivo e demais órgãos públicos na condução dos investimentos e incentivos previstos no Plano.

Para a execução do Plano de Metas foram mobilizados recursos internos da ordem de Cr\$ 236,7 bilhões (equivalentes, à época, a US\$ 2.958,75 milhões, se convertidos à taxa de Cr\$ 80,00 / US\$ 1,00) que, somando-se às importações previstas de US\$ 2.318,50 milhões (e que representavam 43,9% do investimento total) atingem um total de Cr\$ 422,00 bilhões - ou US\$ 5.277,25 milhões, utilizando-se a mesma taxa cambial anterior, ressaltando-se a relativa imprecisão destes dados devido à taxa de câmbio ter permanecido fixa durante períodos em que o nível de preços era ascendente. Estes recursos foram aplicados da seguinte forma:

- a) energia = 42,4 %
- b) transportes = 28,9 %
- c) indústrias básicas = 22,3 %
- d) alimentação = 3,6 %
- e) educação = 2,8 %

Os investimentos em energia e transportes - que representavam 71,3 % dos recursos - ficaram quase totalmente a cargo do setor público, ao passo que nas indústrias de base, com 22,3 % dos recursos, os investimentos foram realizados principalmente pelo setor privado ou via financiamentos concedidos por entidades públicas - basicamente BNDE.

Como em torno de uma quarta parte dos recursos necessários à consecução do Plano de Metas deveriam vir do setor privado, um dos objetivos do programa era atrair o interesse de empresários estrangeiros, a fim de obter capital e tecnologia. Para tanto, fez-se necessária uma política de incentivos, que consubstanciou-se na:

a) Lei 3244, de agosto de 1957, que reformulou o sistema tarifário, reduzindo as cinco categorias a apenas duas: a "geral" - que incluía as importações de matérias-primas, bens de capital e alguns bens essenciais de consumo - e a "especial" - na qual eram enquadrados todos os demais bens considerados não essenciais. Conservou-se uma taxa cambial de custo para importações de trigo, petróleo e derivados, papel de imprensa, fertilizantes, equipamentos de elevada prioridade bem como para juros e amortizações de empréstimos considerados essenciais ao desenvolvimento do país;

b) Lei de Tarifas, também de 1957, que ampliou e consolidou a proteção de mercado concedida às empresas que vinham sendo estimuladas e estavam em crescimento. Os produtos que já podiam ser ofertados internamente em níveis adequados eram enquadrados na categoria "especial", com uma taxa de câmbio de duas a três vezes superior à da categoria geral, o que muitas vezes impedia sua importação em condições de concorrência com o produto nacional. Da mesma forma, as indústrias poderiam importar os equipamentos e algumas matérias-primas necessárias às suas atividades ao câmbio de custo. Tal legislação veio complementar a Instrução 113 da SUMOC, que permitia a importação de bens de capital sem cobertura cambial para indústrias consideradas prioritárias; e,

c) Lei de Similares Nacionais, que constituía-se na reedição do "Registro de Produtos Similares", criado em 1911. Esta lei foi utilizada para toda uma série de expedientes destinados a proteger os bens produzidos internamente da concorrência de similares importados, de forma que se constituiu em

"poderoso acicate para que os investidores passassem da importação para a montagem, e desta para a fabricação completa. A característica principal deste incentivo foi o temor de serem completamente excluídos do mercado, mais do que a esperança de receberem tratamento preferencial frente aos competidores. Em muitos casos, a simples notícia de que alguma firma brasileira ou de competidores externos cogitava de passar à fabricação, o que implicava em ficarem banidas as importações de artigos similares, constituía-se no fator crítico que forçava as companhias norte-americanas a defenderem sua posição, com a instalação de fábricas no país..." (Gordon e Gummerts, citados por Baer, 1966, p. 61)

Cabe agora um comentário acerca dos resultados alcançados pelo Plano de Metas e, posteriormente, sobre o seu impacto inflacionário. Iniciando pelos resultados, podemos verificar que praticamente todas as metas propostas foram atingidas ou em sua totalidade ou em níveis bastante próximos aos planejados. Algumas metas foram amplamente superadas - como é o caso da pavimentação de rodovias - e outras poucas ficaram bastante aquém do esperado - como é o caso das metas referentes ao setor agropecuário.

Em termos percentuais, foram obtidos os seguintes resultados, de acordo com Lafer (1975, p. 43 a 48):

a) energia:

1. energia elétrica: 87,6 % da meta alcançados em 1960;
2. energia nuclear: sem quantificação, mas com os objetivos alcançados;
3. carvão mineral: 73,3 % da meta alcançados em 1960;
4. produção de petróleo: 95,4 % da meta prevista alcançados em 1961;
5. refinação de petróleo: em 1961 atingiu-se a meta prevista.

b) setor de transportes:

6. reaparelhamento de ferrovias: alcance da meta de aquisição de novas locomotivas, em torno de 5 % da meta de aquisição de vagões de passageiros e de cargas

7. construção de ferrovias: atingiu-se 50 % da meta prevista, porém obteve-se aumento da carga transportada em virtude dos resultados da meta acima;

8. pavimentação de rodovias: superação da meta inicial em 207 % e em 107 % da meta prevista;

9. construção de rodovias: alcance de 115 % da meta prevista;

10. serviços portuários e dragagens: estima-se em 56 % os resultados obtidos;

11. marinha mercante: meta atingida para navios de longo curso e, para petroleiros, em 90,9 % e em 95 % para navios de cabotagem;

12. transportes aeroviários: incorporação de novas unidades à frota aérea e serviços de infra-estrutura;

c) setor de alimentação: envolveu apenas 3,2 % do investimento planejado e, embora com resultados insatisfatórios em suas metas, teve um crescimento da produção da ordem de 7,2 % ao ano no período 1955-60, em comparação aos 3,3 % do quinquênio anterior.

13. trigo: somente 24,6 % da meta foram alcançados em 1960;

14. armazéns e silos: 71,15 % da meta foram alcançados;

15. armazéns frigoríficos: somente 17,8 % de alcance;

16. matadouros industriais: alcance de 80 % da meta prevista;

17. mecanização da agricultura: superou-se a meta prevista;

18. fertilizantes: atendimento de 100 % da meta fixada para o consumo e 2,5 vezes a meta para a produção;

d) setor de indústrias de base:

19. siderurgia: a meta foi ultrapassada em 1961;

20. alumínio: 66,3 % da meta alcançados em 1960;

21. metais não-ferrosos: não foi obtida a auto-suficiência, mas houve expansão da produção;

22. cimento: alcance de 90,3 % da meta em 1960;

23. álcalis: alcance de 60 % da meta de soda cáustica e de 94 % da meta de barrilha;

24. celulose e papel: meta alcançada;

25. borracha: alcance da meta de borracha sintética e de 90 % da meta de borracha natural;

26. exportação de minérios de ferro: 62,5 % da meta em 1960;

27. indústria automobilística: alcance de 92,3 % da meta de produção em 1960 e de 98 % (em média) da meta de índice de nacionalização;

28. indústria de construção naval: alcance de 98,75 % da meta em 1960;

29. indústria mecânica e de material elétrico pesado: sem metas quantificadas, mas com a produção aumentando em 100 % (em relação a 1955) para máquinas e equipamentos e em 200 % para material elétrico.

e) setor de educação:

30. formação de pessoal técnico: aumento progressivo das verbas destinadas ao Ministério da Educação e Cultura.

Por último, a construção da nova capital, Brasília, para a qual foi constituída a NOVACAP e mobilizados recursos em torno de 2,3 % do PNB de 1961, representou importante expansão da economia, direcionando o crescimento do país para a região Centro-Oeste, até então pouco explorada, dando início à progressiva colonização daquela região e sua incorporação à economia brasileira.

Acerca do impacto inflacionário do Plano de Metas, surgido a partir do momento em que o capital estrangeiro deixa de afluir ao país, verifica-se que o governo JK defrontava-se com duas opções para prosseguir com os projetos de industrialização, dada a inexistência de um sistema financeiro interno capaz de carrear os recursos necessários ao setor público: ou passava a tributar ou a emitir moeda. A primeira opção seria de difícil - senão impossível - prática, haja visto que o setor industrial - cerne do modelo - e os trabalhadores - lembrando-se ser um governo populista - não poderiam ser taxados sem a conseqüente perda de apoio político. Da mesma forma, o capital estrangeiro e o setor agrário não poderiam arcar com esta responsabilidade: financiar, via impostos, a continuidade dos investimentos.

Restava, portanto, a alternativa de expansão dos meios de pagamento via emissão monetária. Ao lançar mão da emissão de moeda, com seu impacto inflacionário, colocava o governo à disposição das empresas - e de si próprio - um mecanismo de captação de poupanças forçadas via imposto inflacionário. Com a redução do salário real e os ganhos de produtividade - não repassados

aos salários - puderam as empresas manter seus níveis de investimentos sem necessidade de recorrer a novos empréstimos - ou pelo menos diminuir a dependência destes.

Ficou evidente a subordinação da política de controle dos preços aos objetivos do Plano de Metas. O limite de crescimento dos preços era o ponto em que estes ameaçassem afetar o alcance dos objetivos propostos. Fica claro também que não se pretendia seguir uma política do tipo Campos Sales / Rodrigues Alves - pelo contrário, a fórmula adotada mais indica a tendência inversa.

O próprio plano continha um componente inflacionário devido à concentração do crescimento em alguns setores e pela inexistência de um mecanismo próprio de financiamento, sendo este último suprido pela emissão e transferência forçada de recursos de parte dos assalariados e classes de renda fixa. Como, porém, foi um período de crescimento do produto - à taxa média de 7% ao ano, comparativamente aos 5,2% do quinquênio anterior - e da renda per capita - respectivamente 3,9% e 2,1% - o que propiciava um crescimento da renda em termos absolutos, mas não em termos relativos, como resultado do processo concentrador de renda.

Assim, o populismo do governo de JK entra em crise e, conforme Oliveira (1988, p. 60):

"serão as massas trabalhadoras urbanas que denunciarão o pacto populista, já que sob ele, não somente não participavam dos ganhos, como viam deteriorar-se o próprio nível da participação na renda nacional que já haviam alcançado"

de forma que JK será o primeiro presidente do país a não conseguir eleger seu sucessor.

4 Considerações finais

O período de 1955 a 1960 foi marcado por uma grande expansão da economia brasileira e um avanço no processo de substituição de importações em direção à auto-suficiência no setor de bens de consumo - tanto de luxo quanto populares - praticamente encerrando esta fase. A necessidade crescente de infra-estrutura ampliou a participação estatal na economia, ao passo que os estímulos concedidos aos capitais externos favoreceram seu direcionamento à criação de empresas no país, ou associação/aquisição de empresas já existentes, levando o parque industrial recém instalado a transformar-se em difusor de

tecnologias desenvolvidas nas matrizes. Com isto, criou-se uma relação de dependência tecnológica, visto que as multinacionais que aqui se instalaram praticamente não investiam em pesquisa tecnológica no país (àquela época), somente o fazendo mais recentemente, quando da liberação do mercado nacional à importação.

O setor público, que sofreu uma modificação substancial em sua forma de atuação, fortaleceu o setor privado nacional, especialmente o industrial e, em que pese o setor agrícola não ter respondido adequadamente - e, em parte ter transferido renda para os setores urbano e industrial - também não teve sua estrutura - de posse da terra, basicamente - ameaçada. Desta forma, o Plano de Metas gerou uma ampliação dos desníveis setoriais, regionais e sociais. A diferença entre o setor primário e o urbano ampliou-se, pois naquele praticamente não se elevou a produtividade e os ganhos de produção foram obtidos devido à expansão da fronteira agrícola.

Por outro lado, com a adoção de tecnologias intensivas em capital - embora não na mesma proporção que a tecnologia que já estava sendo desenvolvida na Europa e Estados Unidos - gerou-se um desemprego de mão-de-obra que não era absorvida nas indústrias - devido à expulsão do setor primário e ao crescimento populacional.

Porém, se o Plano de Metas deixou para o período seguinte os problemas decorrentes do esgotamento da possibilidade de financiamento dos investimentos via imposto inflacionário - e do próprio processo inflacionário, que se tornavam problemas prioritários na década de 60 - devemos ressaltar que, dentro da lógica de expansão do capitalismo na segunda metade da década de 50 e das possibilidades vigentes à época, não restava outra alternativa a ser seguida, pois não seria possível um retorno à condição de país agrário-exportador como era antes da década de 30. Como os governos de Vargas já haviam colocado à disposição de JK uma base industrial - ainda que incompleta - caberia tão somente o aprofundamento da implantação da indústria.

Se a opção foi uma articulação com o capital estrangeiro - para uma via "dependente" ou "associada" - ao invés do capital nacional - como seria previsível na política de Vargas - isto o foi em função da falta de tradição e incipiência do empresariado brasileiro, carente de capital, tecnologia e capacidade empresarial, o que foi evidenciado pela grande dependência dos recursos oficiais, não somente para investimentos, mas inclusive para o capital de giro. Já para a ótica do trabalhador, é indiferente estar sujeito à mais-valia por parte do capital nacional ou estrangeiro e, para o consumidor, o importante é a disponibilidade de bens de consumo em condições de preço que lhe permitam adquiri-los. Se isto é conseguido com capital estrangeiro e não pelo nacional, então não há problema algum com a estratégia adotada por JK.

BIBLIOGRAFIA

- BAER, Werner. *A industrialização e o desenvolvimento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1966.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. *Desenvolvimento e crise no Brasil: 1930-1983*. 16ª ed. São Paulo: Brasiliense, sd.
- BRUM, Argemiro J. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. 10ª ed. Petrópolis: Vozes, 1991.
- CARRION JR, Francisco Machado. *O modelo brasileiro: impasses e alternativas*. Porto Alegre: Ed. Zhetta, 1975.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção. 1906-1954*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- IANNI, Otávio. *Estado e planejamento econômico no Brasil: 1930/70*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- LAFER, Celso. O Planejamento no Brasil - Observações Sobre o Plano de Metas. In: LAFER, Betty M. *Planejamento no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Ed. Perspectiva S/A, 1975.
- LESSA, Carlos. *15 anos de política econômica*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- MÜLLER, Geraldo. *Introdução à economia mundial contemporânea*. São Paulo: Ática, 1983.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- ORENSTEIN, Luiz e SOCHACZEWSKI, Antonio Cláudio. Democracia com Desenvolvimento: 1956-1961. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- REZENDE Fº, Cyro de Barros. *História econômica geral*. São Paulo: Contexto, 1991.

MODULAÇÃO E DEMODULAÇÃO
ENTRE LÍNGUAS*Sérgio Schaefer^{††}

Abstract. In confronting different translations of an extract taken from the novel *Grande Sertão: Veredas*, by João Guimarães Rosa, the article points out the language as a barrier in the interrelation among the peoples, and the understanding of languages as a way to overcome it.

Basta, hoje em dia, ser competente na sua língua materna? Um povo que só sabe enxergar-se no espelho de sua língua cabe ainda em nosso mundo cada vez mais interrelacionado?

Até certo ponto, as respostas a estas perguntas já estão, hoje, neste fim de século, encaminhadas. O planeta Terra, no dizer de McLuhan, está se tornando uma "aldeia global" e isso significa que seus habitantes tendem a sentir-se cada vez mais próximos uns dos outros. Esta proximidade vai exigindo sempre mais a quebra de qualquer barreira que possa separar as pessoas.

Ora, a língua pode ser uma dessas barreiras. Não conseguir entender o que alguém está querendo significar ao expressar-se nas palavras de sua língua contribui para que a comunicação seja cortada. Não podemos saber o que aquela pessoa pensa, se está ou não trazendo novos elementos para o crescimento cultural da humanidade, se está ou não dizendo apenas bobagens. Não conseguimos penetrar num mundo diferente do nosso, numa outra *Weltanschauung*. Ficamos reduzidos ao nosso pequeno recinto lingüístico, aquele que, ao abrir, sem dúvida, nosso intelecto para a aventura da expressão

* Este texto foi apresentado no VII Seminário Estadual sobre a Escola e o Texto, realizado pelo Departamento de Letras da Unidade Integrada Vale do Taquari de Ensino Superior (UNIVATES), de Lajeado, RS, e está sendo aqui reproduzido com as modificações necessárias para uma publicação impressa.

†† Professor no Departamento de Ciências Humanas (UNISC) e no Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional (UNISC).